

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL RELATOR DO RECURSO
EXTRAORDINÁRIO Nº 640.452/RO, DOUTOR MINISTRO ROBERTO BARROSO**

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO – ACRJ, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 33.611.617.0001/00, com sede na Rua da Candelária, nº 9, 11º e 12º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP nº 20091-904, por seus advogados abaixo constituídos (Procuração, doc. 1), vem, a Vossa Excelência, respeitosamente, com fundamento no artigo 7º, §2º da Lei nº 9.868/1999, requerer a sua admissão como *amicus curiae* nos autos do Recurso Extraordinário nº 640.452/RO, no qual Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. é a Recorrente e o Estado de Rondônia o Recorrido, com a juntada do incluso **MEMORIAL DE AMICUS CURIAE** expressando sua manifestação quanto à importante questão a ser decidida por esta Egrégia Suprema Corte, bem como respeitosamente requerendo a realização de sustentação oral na respectiva sessão de julgamento, pelos fatos e fundamentos que passa a apresentar.

Termos em que,

Pede Juntada e Deferimento.

Do Rio de Janeiro para Brasília, 17 de novembro de 2014.

Thiago Bottino

OAB/RJ nº 102.312


Daniel Corrêa Homem de

Carvalho

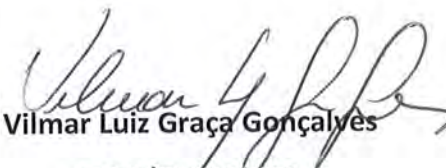
OAB/RJ nº 52.551


André P. Teixeira Mendes

OAB/RJ nº 148.661

Guilherme Villas Bôas e Silva

OAB/RJ nº 182.044


Vilmar Luiz Graça Gonçalves

OAB/RJ nº 111.023

Recurso Extraordinário

nº 640.452/RO

Memorial apresentado pela

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO

ACRJ

Pela procedência do pedido da Recorrente, para que seja declarada, com efeitos erga omnes ou com a edição de uma Súmula Vinculante, a inconstitucionalidade das leis infraconstitucionais que exijam multas por descumprimento de obrigação acessória em valores acima do tributo exigido ou relacionado com a obrigação acessória.

ÍNDICE

1. O OBJETIVO DA PRESENTE PETIÇÃO

- 1.1. A LEGITIMIDADE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO – ACRJ – PARA INTERVIR COMO *AMICUS CURIAE*
- 1.2. O NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA ESCOLA DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS – NPJ DA FGV DIREITO RIO

2. CONTRIBUIÇÕES AO JULGAMENTO DA CAUSA

- 2.1. INTRODUÇÃO
- 2.2. A VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO CONFISCO
- 2.3. A VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE
- 2.4. AS MULTAS TRIBUTÁRIAS vs. AS MULTAS PENAIIS
- 2.5. A VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE

3. CONCLUSÃO E PEDIDO



1. O OBJETIVO DA PRESENTE PETIÇÃO

O objetivo da presente petição é contribuir para o julgamento em espécie, em que se discute a razoabilidade, a proporcionalidade e a confiscatoriedade das multas por simples descumprimento de obrigações acessórias, em que não há qualquer recolhimento a menor de tributos ao Erário. Apesar de a Recorrente ter desistido do Recurso Extraordinário nº 640.452/RO¹, fato é que a matéria em discussão, por ser de extrema importância para todos os contribuintes e associados da entidade ora Requerente, com a repercussão geral reconhecida pelo Tribunal, certamente será transferida para outro paradigma, como essa Egrégia Corte recentemente o fez nos autos do RE nº 572.499, cuja repercussão geral foi transferida para o RE nº 600.885.

No entanto, ainda que Vossa Excelência entenda por não substituir o paradigma em questão, a ACRJ respeitosamente requer que o RE nº 640.452/RO seja integralmente provido e que seja declarada, **com efeitos *erga omnes***, a inconstitucionalidade de todas as multas por descumprimento de obrigações acessórias que ultrapassem o montante do valor do tributo que já foi ou deveria ter sido pago, não importando qual seja sua base de cálculo (valor da operação, faturamento, receita, dentre outros existentes). A Requerente considera que tal decisão compatibilizaria os interesses postos em discussão em respeito aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e vedação ao confisco que estão sendo violados pelo Estado Brasileiro, como será explicitado no presente memorial.

Na hipótese de Vossa Excelência entender que a decisão proferida nos autos do RE nº 640.452/RO ou do possível novo paradigma não possa produzir efeitos *erga omnes*, a ACRJ respeitosamente requer a edição de Súmula Vinculante que estabeleça a vedação de criação de qualquer multa por descumprimento de obrigação acessória que ultrapasse o valor do tributo exigido ou relacionado com a obrigação acessória.

¹ A Recorrente quitou o débito em discussão pela anistia instituída pela Lei nº 2.840/2012 e apresentou petição em 29.11.2012 desistindo do recurso extraordinário anteriormente interposto.

1.1. A LEGITIMIDADE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO – ACRJ – PARA INTERVIR COMO *AMICUS CURIAE* NO PRESENTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO: PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 7º, §2º, DA LEI Nº 9.868/1999.

Estão claramente presentes os requisitos para admissão da ACRJ no feito na qualidade de *amicus curiae*.

Em primeiro lugar, é evidente a relevância da matéria. Discute-se, nesses autos, tema que envolve uma possível reforma tributária ao se analisar as multas por simples descumprimento de obrigações acessórias à luz dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e vedação ao confisco. Vale dizer: não apenas pelos altos valores em discussão, como também por todo um arranjo legislativo brasileiro que atualmente está punindo os contribuintes, de forma agressiva, por simples equívocos em suas obrigações acessórias, as quais poderiam ser facilmente sanadas e são cada vez mais complexas de serem cumpridas, sem que haja qualquer recolhimento a menor de tributos devidos.

Em segundo lugar, a representatividade da requerente também é evidente. A ACRJ é uma entidade dirigente empresarial, com natureza de associação sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública. Com notoriedade em todo território nacional, é uma das mais antigas e tradicionais entidades de representação civil do país, tendo acompanhado as inúmeras e profundas transformações ocorridas nos cenários político, econômico e social. Sua origem remonta a 1809, quando o Príncipe Regente, Dom João VI, concedeu o Alvará de 15 de julho manifestando sua vontade de permitir a construção da Praça do Commercio, que mais tarde se tornaria a Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Atualmente, além de sua estatutária condição de órgão de defesa dos interesses das classes empresariais, a ACRJ ostenta os títulos de *Órgão Técnico e Consultivo do Governo Federal*, concedido pelo Decreto nº 6.348 de 26 de julho de 1940, de *Entidade de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro*, concedido pela Lei nº 4.361 de 24 de junho de 2004, e, ainda, de *Entidade de Utilidade Pública do Município do Rio de Janeiro*.

Handwritten signature and initials

Há evidente pertinência temática entre o objeto tratado nesta demanda e as finalidades da ACRJ. Conforme dispõe o art. 2º, I, do seu Estatuto (doc. 2), a ACRJ tem por finalidade: *"(...) defender os legítimos interesses do comércio e, de modo geral, o das classes empresariais, cabendo-lhe exercer a prerrogativa legal de órgão técnico e consultivo do Governo, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com as atividades empresarias e a economia nacional; (...)"*.

Nesse contexto, tratando-se de uma organização atuante na defesa do setor empresarial brasileiro, que hoje se encontra preocupado com o atual cenário das multas por simples descumprimento de obrigações acessórias, a legitimidade da ACRJ salta aos olhos, estando preenchidos todos os requisitos do art. 7º, §2º da Lei nº 9.868/1999.

1.2. O NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA ESCOLA DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS – NPJ DA FGV DIREITO RIO

A representação judicial da ACRJ nesses autos é feita pelo Núcleo de Prática Jurídica da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas (NPJ da FGV DIREITO RIO).

O NPJ é o local em que se realiza o estágio curricular supervisionado do curso de graduação em direito da FGV DIREITO RIO. Seu objetivo é desenvolver atividades de prática jurídica que capacitem os alunos a intervir de forma qualificada na discussão dos temas centrais do Direito Brasileiro atual e em áreas de grande relevância social.

Por essa razão, também é função do NPJ da FGV DIREITO RIO contribuir para a reflexão de uma reforma tributária nacional, que pode ser iniciada nos presentes autos, estimulando assim os alunos a refletirem sobre o Estado Democrático de Direito e a perspectiva da advocacia de interesses difusos ou coletivos e da potencial contribuição que o profissional do Direito pode fornecer na construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária.

Com isso, pretende-se formar profissionais com perfil diferenciado, capaz de refletir criticamente sobre sua atuação e promover mudanças importantes nas estruturas jurídicas necessárias ao desenvolvimento socioeconômico nacional.

O memorial de *amicus curiae* anexado foi elaborado por 14 alunos de graduação da FGV DIREITO RIO², supervisionados pelos advogados subscritores, em conjunto com a ACRJ.

2. CONTRIBUIÇÕES AO JULGAMENTO DA CAUSA

2.1. INTRODUÇÃO

De uma forma geral, as “multas tributárias” são utilizadas pelo legislador brasileiro visando ao cumprimento da legislação tributária pátria. Desde a Constituição Brasileira de 1934, havia um dispositivo que tratava da multa moratória³, prevendo expressamente que tal multa não poderia exceder dez por cento sobre a importância do débito principal.

Ao trazer em sua atual redação os princípios da vedação ao confisco, da proporcionalidade e da razoabilidade, a **Carta Magna expressamente limita o poder de punir no campo tributário**, conforme já reconhecido por essa Suprema Corte em decisões que serão adiante explicitadas, vinculando-se assim às Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, descritas na Seção II da atual Constituição Federal.

A legislação e jurisprudência diferenciam⁴, em linhas gerais, três tipos de “multas tributárias”:

- (i) Multa moratória: Trata-se da multa pelo pagamento do tributo em atraso, sendo uma forma de o legislador punir quem não paga os seus tributos em dia.

² Ana Clara Faria, Bianca Villaça, Daniela Dias, Gabriel Gomes, João Quintaes, João Almeida, João Barcellos, Juliana Machado, Lucas Rasul, Luisa Tavares, Maria Leticia Machado, Mariana Amaral, Pedro Freitas e Renata Guimarães.

³ “Art 184 - O produto das multas não poderá ser atribuído, no todo ou em parte, aos funcionários que as impuserem ou confirmarem. Parágrafo único - As multas de mora por falta de pagamento de impostos ou taxas lançados não poderão exceder de dez por cento sobre a importância em débito.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 01/04/2014.

⁴ As decisões judiciais da Suprema Corte e a legislação infraconstitucional, ambas acostadas ao presente memorial, expõem esses três “tipos” de multas.

(ii) Multa punitiva: Trata-se da multa aplicada ao contribuinte que descumpriu, de forma geral, a legislação tributária, podendo ou não descumprir a obrigação de pagamento do tributo. Um exemplo de tal multa seria a do creditamento indevido do ICMS.

(iii) Multa por descumprimento de obrigação acessória: Trata-se da multa aplicada ao contribuinte que, apesar de ter cumprido a sua obrigação de pagamento do tributo, descumpriu uma obrigação formal que deveria ter sido cumprida.

Feitas tais breves considerações iniciais, a ACRJ destaca que a repercussão geral tratada nos autos do RE nº 640.452/RO é a das multas por descumprimento de obrigações acessórias, também chamadas pelo eminente Ministro Joaquim Barbosa, ao reconhecer a repercussão geral do tema, de “multa isolada”.

Historicamente⁵, o legislador brasileiro estava mais preocupado se o contribuinte cumpria a sua obrigação de pagar os tributos em dia, prevendo multas moratórias altas pelo não pagamento. Hoje, há uma inversão de preocupações. O pagamento em dia deixou de ser a preocupação principal do legislador brasileiro. As multas por descumprimento de obrigações acessórias tornaram-se o foco principal, com previsões de multas extremamente altas. Muitas vezes ultrapassam as multas moratórias pelo simples descumprimento de obrigações formais que não geraram qualquer prejuízo ao Erário Público e que poderiam facilmente ser sanadas.

O eminente Ministro Joaquim Barbosa, ao tratar da repercussão geral do tema, defendeu que:

em relação à relevância abstrata da matéria, lembro que a literatura especializada tem constantemente registrado o aumento da complexidade e da quantidade de obrigações acessórias. Indagar acerca de quais são os parâmetros constitucionais que orientam a atividade do legislador infraconstitucional na matéria representará, sem dúvida, grande avanço para a segurança jurídica.⁶

⁵ Vide o exemplo do artigo 184 da Constituição Federal de 1934 que não foi repetido nas demais Constituições Pátrias.

⁶ Trecho retirado do voto do Ministro Joaquim Barbosa ao reconhecer a repercussão geral do tema tratado no RE nº 640.452/RO.

Uma pesquisa divulgada no ano de 2012 no sítio da revista Exame revelou que as empresas brasileiras gastam mais de 2.600 horas, o equivalente a 108 dias corridos, para calcular e quitar seus tributos⁷. O que se percebe é que o contribuinte se encontra em uma posição delicada: além do aumento do número de obrigações acessórias que lhe são exigidas, a complexidade delas é cada vez maior. São vários formulários distintos que devem ser preenchidos, diversas informações a serem prestadas e, em caso de eventual erro, o contribuinte pode ser severamente penalizado por não ter cumprido adequadamente a sua obrigação acessória.

Em razão disso, discute-se nos autos do RE nº 640.452/RO se a multa “isolada” de 5%, aplicada ao valor da operação, violaria os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e vedação ao confisco, pois apesar do seu baixo percentual, tal multa foi aplicada sobre uma base de cálculo muito grande, o que fez com que esses 5% equivalessem a mais de R\$ 22 milhões de reais, em valores históricos.

Os principais objetivos da ACRJ, nos autos do RE nº 640.452/RO, são (i) demonstrar que o Supremo Tribunal Federal, ainda que de forma tímida, vem adotando um limite que não vem sendo respeitado pelos legisladores infraconstitucionais, bem como que (ii) tais multas estão sendo exigidas em valores extremamente altos pelos simples equívocos formais cometidos, que devem sim ser punidos, mas não nos patamares que o legislador infraconstitucional vem exigindo, havendo uma completa desproporção entre a conduta do contribuinte e a multa aplicada.

Portanto, a ACRJ vem aos presentes autos demonstrar que as multas por descumprimento de obrigações acessórias, de uma forma geral, sejam elas as tratadas no RE nº 640.452/RO ou em outro paradigma eventualmente escolhido por Vossa Excelência, estão violando frontalmente os princípios de vedação ao confisco, da proporcionalidade, razoabilidade. Além de, muitas vezes, essas multas serem maiores do que as que possuem consequência na esfera penal, devendo ser declaradas inconstitucionais, nos termos que serão expostos abaixo.

⁷ Toda a pesquisa pode ser lida em: PRATES, Marco. Os países que mais roubam tempo das empresas com impostos - Brasil é líder. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/os-paises-que-mais-roubam-tempo-das-empresas-com-impostos-brasil-e-lider> >. Acesso em: 01/04/2014.

2.2. A VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO CONFISCO

As multas por descumprimento de obrigações acessórias violam o princípio da vedação ao confisco, seja nos autos do RE nº 640.452/RO ou em outro eventual recurso extraordinário escolhido por Vossa Excelência como novo paradigma.

A ACRJ vem aos presentes autos demonstrar que essa Suprema Corte vem adotando um parâmetro para declaração de inconstitucionalidade das multas com caráter confiscatório, sendo tal limite o valor do tributo devido.

Segundo o professor Paulo de Barros Carvalho:

intrincado e embaraçoso, o objeto da regulação do referido art. 150, IV, da CF⁸, acaba por oferecer unicamente um rumo axiológico, tênue e confuso, cuja nota principal repousa na simples advertência ao legislador dos tributos, no sentido de comunicar-lhes que existe limite para a carga tributária.⁹

O professor José Afonso da Silva enquadra a vedação ao confisco dentre os princípios gerais de limitação ao poder de tributar. Ele os denomina de gerais porque se referem a todos os tributos e contribuições do sistema tributário. Segundo o referido autor, o princípio do não confisco veda a utilização de tributo com efeito confiscatório. Ele explica: *"isso, na verdade, significa que o tributo não deve subtrair mais do que uma parte razoável do patrimônio ou da renda do contribuinte"*¹⁰.

O professor Ricardo Lobo Torres, por sua vez, declara que *"a proibição do excesso (...) é uma vedação constitucional decorrente dos próprios direitos fundamentais, e não uma característica da justiça ou da capacidade contributiva"*¹¹, enquadrando a vedação ao confisco como uma das diversas proibições de excesso previstas na Constituição de 1988.

⁸ "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
(...)

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;"

⁹ CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 214.

¹⁰ SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 35ª ed. rev. e atual. (até a Emenda Constitucional n.68, de 21.12.2011). São Paulo: Malheiros, 2011. p. 717.

¹¹ TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário. Vol. II. 3ª ed. Renovar, 2005. p. 305

As tentativas de densificação do princípio aqui discutido também não encontram unanimidade entre os referidos doutrinadores quanto à sua aplicabilidade às multas tributárias.

Para o professor Hugo de Brito Machado, a vedação ao confisco insculpida na Magna Carta brasileira refere-se tão somente aos tributos, não à penalidade pecuniária. O renomado doutrinador argumenta que o dispositivo constitucional fala em utilização de tributo e não de multa, sendo ambos essencialmente distintos. A primeira diferença, de natureza estritamente jurídica, seria que a multa é necessariamente uma sanção em decorrência de um ato ilícito praticado pelo contribuinte, enquanto as hipóteses de incidência dos tributos são sempre atos lícitos.

A segunda distinção, de natureza teleológica, seria que o tributo tem como finalidade primária (não obstante alguns tributos apresentarem, por exemplo, finalidades extrafiscais) angariar receitas para que o Estado tenha recursos para fazer face às despesas públicas; já a multa teria por finalidade desestimular o comportamento ilícito que configura sua hipótese de incidência. Por esses motivos principais, Hugo de Brito Machado defende a observância ao princípio somente nos casos em que se tratasse da instituição de tributos¹².

O posicionamento do autor acima não é compartilhado por outros doutrinadores. A título exemplificativo, Ives Gandra da Silva Martins¹³ sustenta a aplicabilidade da vedação ao confisco também às multas tributárias, como forma de se conter o poder do Estado.

Em que pese a discussão doutrinária, o Supremo Tribunal Federal já se posicionou sobre o tema, reconhecendo não apenas a aplicabilidade do princípio da vedação ao confisco às multas tributárias, como também determinando, ainda que de forma sensível, um parâmetro para se declarar uma multa tributária confiscatória: o valor do tributo devido:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO – ALEGADA VIOLAÇÃO AO PRECEITO INSCRITO NO ART. 150, INCISO IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – CARÁTER SUPOSTAMENTE CONFISCATÓRIO DA MULTA TRIBUTÁRIA COMINADA EM LEI – CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA PROIBIÇÃO CONSTITUCIONAL

¹² MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 23ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 41.

¹³ MARTINS, Ives Gandra da Silva (Org.). Direitos Fundamentais do Contribuinte. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

84
7



DE CONFISCATORIEDADE DO TRIBUTO – CLÁUSULA VEDATÓRIA QUE TRADUZ LIMITAÇÃO MATERIAL AO EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E QUE TAMBÉM SE ESTENDE ÀS MULTAS DE NATUREZA FISCAL – PRECEDENTES – INDETERMINAÇÃO CONCEITUAL DA NOÇÃO DE EFEITO CONFISCATÓRIO – DOCTRINA – PERCENTUAL DE 25% SOBRE O VALOR DA OPERAÇÃO – **“QUANTUM” DA MULTA TRIBUTÁRIA QUE ULTRAPASSA, NO CASO, O VALOR DO DÉBITO PRINCIPAL** – EFEITO CONFISCATÓRIO CONFIGURADO – OFENSA ÀS CLÁUSULAS CONSTITUCIONAIS QUE IMPÕEM AO PODER PÚBLICO O DEVER DE PROTEÇÃO À PROPRIEDADE PRIVADA, DE RESPEITO À LIBERDADE ECONÔMICA E PROFISSIONAL E DE OBSERVÂNCIA DO CRITÉRIO DA RAZOABILIDADE – AGRAVO IMPROVIDO. (Ag. Reg. no RE nº 754.554, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 22.10.2013)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. MULTA FISCAL. CARÁTER CONFISCATÓRIO. VIOLAÇÃO AO ART. 150, IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AGRAVO IMPROVIDO. I – **Esta Corte firmou entendimento no sentido de que são confiscatórias as multas fixadas em 100% ou mais do valor do tributo devido.** Precedentes. II – Agravo regimental improvido. (Ag. Reg. No RE nº 657.372, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 28.5.2013)

Além dos casos tratados acima, cabe ainda citar o que foi decidido por essa Suprema Corte ao julgar a ADI nº 551/RJ e os Recursos Extraordinários nºs 81.550 e 91.707, que também mantêm o mesmo entendimento histórico de que as multas tributárias, sejam elas por descumprimento de obrigações acessórias, punitivas ou moratórias, em todas elas deve ser respeitado o limite de 100% do valor do valor do tributo devido, sob pena de violação ao princípio da vedação ao confisco.

Embora algumas leis infraconstitucionais imponham multas de porcentagem pequena, sua base de cálculo sobre as quais elas incidem representam, em determinados casos, valores de montante elevado, que superam em muito mais de 100% do valor do tributo que já foi ou deveria ter sido quitado.

Assim, por exemplo, mesmo uma multa cujo índice seja de 1% pode ter efeito confiscatório se incidir sobre o faturamento de uma empresa, já que a base de cálculo de tal multa é extremamente ampla, ultrapassando assim o valor do tributo quitado.

O objetivo da ACRJ é demonstrar que não é exclusivamente um percentual acima de 100% que deve ser analisado para se declarar uma multa por descumprimento de obrigação acessória inconstitucional por violação ao princípio da vedação ao confisco: deve ser apresentado pelo contribuinte que o valor da multa “isolada” supera o valor do tributo devido.

Handwritten signature

Handwritten mark

Caso o contribuinte demonstre, na interposição de seu eventual recurso para essa Suprema Corte, que a multa exigida no seu caso supera o valor do tributo devido, a ACRJ entende que o STF poderia, até mesmo monocraticamente, declarar a inconstitucionalidade dessa multa exigida.

Desta forma, a não ser que o caso concreto se mostre uma exceção, as multas previstas em leis tributárias infraconstitucionais que utilizam faturamento, valor da operação, ou outras bases de cálculo “largas” para aplicação das multas por descumprimento de obrigações acessórias restringem excessivamente o direito fundamental do contribuinte à propriedade. Cerceiam, tolhem ou inviabilizam parcial ou totalmente o livre exercício da sua atividade econômica. São confiscatórias, pois é evidentemente confiscatório exigir uma multa acessória que ultrapasse o valor do tributo devido. No caso do RE nº 640.452/RO, a multa de apenas 5% do valor da operação ultrapassou os R\$ 22 milhões de reais em valores históricos!

2.3. A VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

Em que pese existir uma discussão doutrinária acerca dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, sobre se seriam sinônimos ou até mesmo idênticos, a ACRJ tratará das violações a esses princípios de forma separada, pois assim vem fazendo essa Suprema Corte.

O princípio da proporcionalidade é utilizado para a fundamentação de decisões tanto no âmbito administrativo quanto no judicial. Segundo Paulo Bonavides, “*em se tratando de princípio vivo, elástico, prestante, protege ele o cidadão contra os excessos do Estado e serve de escudo à defesa dos direitos e liberdades constitucionais*”¹⁴.

Ao longo da Constituição, podem ser observadas expressões quanto ao referido princípio, por exemplo os incisos V, X e XXV do art. 5º, § 3º do art. 36, inciso IX do art. 37 e §§ 3º, 4º e 5º do art. 173. Dessa forma, este princípio é qualificado como *constitucional* e se encontra apto a coibir abusos de poder por parte do Estado contra cidadãos e toda a sociedade.

¹⁴ BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 19 ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 434.

Segundo o já citado autor Paulo Bonavides¹⁵, existem três elementos que compõem o princípio da proporcionalidade. O primeiro deles é o da adequação, pelo qual o meio empregado deve ser o certo para atingir determinado fim. O segundo elemento é o da necessidade, pelo qual a medida adotada para se atingir a finalidade almejada deve ser a menos restritiva aos direitos envolvidos. O terceiro elemento é o da proporcionalidade em sentido estrito, pelo qual o fim pretendido deve ser de tal importância que justifique os meios utilizados para alcançá-lo.

Tendo em vista os elementos citados, o princípio da proporcionalidade, segundo Gentz¹⁶, pretende instituir a relação entre fim e meio, devendo ser o meio o mais adequado, necessário e proporcional para se atingir o fim almejado e para que se torne possível o controle de excessos. E ainda, segundo o referido autor, se tem como inconstitucional uma medida que não segue esses mesmo parâmetros, ou seja, aquela medida que é excessiva e injustificada.

Na esfera tributária, esse princípio é utilizado com objetivo de limitar a atuação dos legisladores na instituição ou majoração de tributos e na aplicação de penalidades tributárias, pois estes devem ser proporcionais à capacidade contributiva dos sujeitos passivos, procurando assim evitar os excessos do legislador. Segundo Aliomar Baleeiro o *"sistema tributário movimenta-se sob a complexa aparelhagem de freios e amortecedores, que limitam os excessos acaso detrimntosos à economia e à preservação do regime e dos direitos individuais"*¹⁷.

Vale ressaltar que essa limitação dos poderes do legislador não configura óbice à separação de poderes, pois segundo Paulo Bonavides:

A limitação aos poderes do legislador não vulnera o princípio da separação, de Montesquieu, porque o raio de autonomia, a faculdade política decisória e a liberdade do legislador para eleger, conformar e determinar fins e meios se mantém de certo modo plenamente resguardada. Mas tudo isso, é óbvio, sob a regência inviolável dos valores e princípios estabelecidos pela Constituição¹⁸.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ *Apud*, BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 19 ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 393.

¹⁷ BALEEIRO, Aliomar. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, 7ª ed, Rio de Janeiro: Forense, 1997, p.2.

¹⁸ BONAVIDES, Paulo. *Op. Cit.*, p. 399.

O princípio em questão possui três elementos, como já fora dito anteriormente, adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito. Através da análise destes elementos, à luz do direito tributário, a proporcionalidade seria um critério de aplicação de outros princípios, sendo utilizado para evitar o choque entre outros princípios do direito tributário.

Por isso o princípio da proporcionalidade se relaciona intimamente com outros princípios do direito tributário, como o da capacidade contributiva e do não-confisco. O princípio da capacidade contributiva decorre do fato de que o legislador deve criar tributos levando em consideração a capacidade econômica dos cidadãos. O princípio do não-confisco, que será mais aprofundado em tópico específico, é uma forma de limitar a atuação do Estado, pois este proíbe qualquer tributação injusta por parte dele contra o contribuinte e que configure o confisco de bens.

Dessa forma, os princípios da capacidade contributiva e do não-confisco estão diretamente ligados à ideia de proporcionalidade: não é proporcional instituir tributos que estejam além da capacidade contributiva do sujeito passivo; não é proporcional instituir tributos com caráter confiscatório.

Sendo assim, com base única e exclusivamente na doutrina citada, já seria possível visualizar que a instituição de multas por descumprimento de obrigações acessórias em valores exorbitantes, que excedam a obrigação de pagar o tributo é evidentemente desproporcional, o que, por si só, já poderia ser utilizado por essa Egrégia Corte para declarar tais multas inconstitucionais.

No entanto, esse não vem sendo o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal. Ao analisar as multas tributárias, sejam elas por simples descumprimento de obrigações acessórias, em sua jurisprudência mais recente, ou as multas moratórias, em sua jurisprudência mais antiga, esta Corte não vem conhecendo dos recursos extraordinários interpostos com fundamento na Súmula nº 279, que assim dispõe: *"Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário"*.



Apenas a título exemplificativo, a ACRJ apresenta as seguintes ementas:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO – MULTA TRIBUTÁRIA – CONFISCO – OCORRÊNCIA – PRECEDENTES – **FALTA DE PROPORCIONALIDADE NO CASO CONCRETO – REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA – INTERPRETAÇÃO DE NORMAS LEGAIS – AGRAVO DESPROVIDO.** (Ag. em RE nº 803.975/PR, Decisão Monocrática Min. Marco Aurélio, julgado em **30.4.2014**. Não grifado no original)

2. Pois bem, a parte recorrente sustenta que a aplicação da multa nos moldes previstos no § 3º do art. 11 do Decreto-Lei 1.968/1982 não viola os princípios do **não confisco e da proporcionalidade**. (...) 4. Tenho que a insurgência não merece acolhida. Isso porque, para se chegar a entendimento diverso do adotado pela instância judicante de origem, se fazem necessários o reexame do conjunto fático-probatório, bem como a análise da legislação infraconstitucional pertinente, providências vedadas neste momento processual. (RE nº 566.474/AL – Decisão Monocrática Min. Ayres Britto, julgado em 29.11.2011. Não grifado no original)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. AUTORIDADE ADMINISTRATIVA: CRÉDITO CONSTITUÍDO POR LANÇAMENTO. PAGAMENTO INSUFICIENTE. **PROPORCIONALIDADE DA MULTA APLICADA.** SÚMULA N. 279 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO. (RE nº 633.214/DF, Decisão monocrática Min. Carmen Lúcia, julgado em **18.2.2014**. Não grifado no original)

Quando o STF analisa as multas tributárias, sejam elas por descumprimento de obrigações acessórias ou não, com maior enfoque no princípio da proporcionalidade, seu entendimento tem sido de não conhecer os recursos interpostos em atenção ao disposto na Súmula STF nº 279.

Com relação ao tema discutido no RE nº 640.452/RO – das multas “isoladas” e seu caráter exorbitante, seja pela cobrança de alto percentual ou na sua larga base de cálculo, incidentes sobre valor da operação, faturamento, entre outras bases, em que há a evidente comprovação de que o valor exigido supera o valor do tributo devidamente pago – o julgamento desses casos não demandam a análise de provas e fatos por essa Egrégia Corte. Seriam matérias exclusivamente de direito e sua cobrança teria um caráter evidentemente inconstitucional. Dessa forma, cabe a ACRJ, respeitosamente, discordar do entendimento dessa recente jurisprudência e afirmar que o mérito desses casos deve sim ser apreciado, pois tais multas exorbitantes ferem diretamente o princípio constitucional da proporcionalidade.

Com relação ao caso objeto do *amicus curiae* estamos diante da aplicação da chamada multa “isolada”, que tem como característica a punição do contribuinte por mero lapso formal que poderia

ser sanado. Esse tipo de lapso não causa nenhum dano ao Erário Público, sendo apenas uma formalidade que deixou de ser atendida pelo contribuinte. Um exemplo de não atendimento a este dever instrumental ocorre quando o contribuinte deixa de apresentar algum arquivo magnético que em nada influenciará no montante a ser pago a título de tributo.

No caso das multas “isoladas”, além de o Estado cobrar a multa devido ao mero lapso formal e não por uma conduta dolosa que tem como objetivo o pagamento de menos tributo, a cobrança tem sido feita através de alíquotas que variam de acordo com o caso específico (5%, 10%, 40%, dentre outras) e que ao final podem gerar um montante de milhões ou até mesmo bilhões de reais a serem pagos pelo contribuinte.

Aplicando-se os elementos do princípio da proporcionalidade pode-se observar que a cobrança de multas vultosas devido ao descumprimento de obrigação acessória não seria adequada, necessária e proporcional para atingir o fim de punir o contribuinte. Isto porque o lapso formal em nada influencia no montante de tributo a ser pago e não gera nenhum prejuízo financeiro ao Estado. Dessa forma, outro meio menos gravoso deveria ser aplicado para se atingir a finalidade da norma.

Portanto, visto que a cobrança de multas por descumprimento de obrigações acessórias tem aumentado cada vez mais, faz-se necessária a análise do STF sobre a atividade do legislador infraconstitucional, bem assim para que se decida pela inconstitucionalidade dessas multas “isoladas”, visto que ferem diretamente os princípios da proporcionalidade, do não-confisco e razoabilidade, como se verá.

2.4. AS MULTAS TRIBUTÁRIAS vs. AS MULTAS PENAIAS

Em regra, sabe-se que as multas tributárias são cobradas de acordo com a gravidade de uma conduta ilícita praticada pelo contribuinte. A conduta ilícita no âmbito tributário pode ocorrer da omissão intencional de informações com o intuito de ocultar a ocorrência do fato gerador ou de gerar a redução do tributo a ser pago. Essas multas podem chegar até o triplo da quantia que o contribuinte pretendia sonegar e para aplicá-la deve-se sempre comprovar a conduta dolosa.

me

7-

De acordo com o professor Ives Gandra Martins¹⁹, deve-se estabelecer uma distinção entre a finalidade de sanções meramente acessórias para aquelas que teriam consequências na esfera penal, em geral tipificados pela sonegação de tributos, na forma da lei nº 8.137/90. Enquanto no primeiro caso a finalidade é de ressarcir o lesado – no caso tributário, o Erário – e eventualmente corrigir uma obrigação formal que não foi seguida, no segundo caso, a multa penal vai além do mero ressarcimento e da correção da conduta, buscando um meio coercitivo de maior intensidade, podendo inclusive o contribuinte sofrer a pena de reclusão, como expõe o referido autor:

(...) Penalidade por descumprimento de obrigação acessória – (...) De densidade e graduação menos severa que as sanções punitivas ou desincentivadoras, tem, portanto, características de mero alerta ou reorientação de erros havidos. Poder-se-ia, portanto, definir a multa por descumprimentos acessórios como penalidade de natureza corretiva, cuja graduação objetiva evitar falhas nos controles formais e reorientar o sujeito passivo da relação tributária a agir corretamente.

(...) Multa por sonegação de tributo – (...) diferentemente da multa por falta de recolhimento, cujas características são muito semelhantes, tem, todavia, dois elementos distintivos, ou seja, a existência de dolo, quando da evasão de renda, assim como a necessidade de desincentivar, de forma inequívoca, a reincidência.

Logo, se fosse estabelecer uma lógica na quantificação das multas, aquelas que possuem sanções penais devem ter penas pecuniárias bem maiores do que infrações tributárias de menor relevância, ou seja, de obrigações acessórias.

Entretanto, não é isso que se verifica na legislação infraconstitucional brasileira. A legislação tributária pátria apresenta desvirtuações na coerência da quantificação de multas. Em alguns casos que caracterizam tipos penais, as multas são iguais, ou até mesmo inferiores às multas aplicadas por meros descumprimento de obrigações acessórias.

Para exemplificar as previsões legislativas que desvirtuam a lógica punitiva do legislador infraconstitucional, foram separados, por amostragem, alguns dispositivos de leis infraconstitucionais que tratam da regulamentação do ICMS de três Estados: Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo.

¹⁹ MARTINS, Ives Gandra da Silva. "Da Sanção Tributária". Editora Saraiva, São Paulo, 1998. 2ª Edição. pp. 61/69.

an

7



Multas com consequência na esfera penal	Multas por simples descumprimento de obrigações acessórias
<p align="center">Lei nº 2.657/1996 (RJ)</p> <p>Art. 62-C. O descumprimento de obrigações acessórias relativas à emissão de documentos fiscais e escrituração de livros fiscais ensejará a aplicação das seguintes penalidades:</p> <p>I - não escriturar operação ou prestação de entrada ou saída nos livros fiscais próprios ou formulários de controle:</p> <p>1) MULTA: 3% (três por cento) do valor da operação ou prestação não escriturada, sem prejuízo da cobrança do imposto, quando cabível, e de penalidade prevista no art. 60;</p>	<p align="center">Lei nº 2.657/1996 (RJ)</p> <p>Art. 62-C. O descumprimento de obrigações acessórias relativas à emissão de documentos fiscais e escrituração de livros fiscais ensejará a aplicação das seguintes penalidades:</p> <p>XI - emitir documento fiscal ou outro documento de controle, inclusive eletrônico, inapropriado para a operação ou prestação ou em desacordo com a legislação:</p> <p>1) MULTA: 3% (três por cento) do valor da operação ou prestação, sem prejuízo da cobrança do imposto, quando cabível, e de penalidade prevista no art. 60;</p>
<p align="center">Lei nº 6.374/89 (SP)</p> <p>Art. 85. O descumprimento das obrigações principal e acessórias, instituídas pela legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, fica sujeito às seguintes penalidades:</p> <p>IV - infrações relativas a documentos fiscais e impressos fiscais:</p> <p>y) extraviar, danificar, tornar ilegível, apagar ou não tomar os devidos cuidados para a conservação de fita-detalhe do</p>	<p align="center">Lei nº 6.374/89 (SP)</p> <p>Art. 85. O descumprimento das obrigações principal e acessórias, instituídas pela legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, fica sujeito às seguintes penalidades:</p> <p>IV - infrações relativas a documentos fiscais e impressos fiscais:</p> <p>i) atraso de registro em meio magnético- multa equivalente a 1% (um por cento) do valor das operações ou prestações não</p>

MC

7



<p>equipamento emissor de cupom fiscal - ECF, dos componentes eletrônicos de memória fiscal - MF ou da memória de fita-detalhe - MFD, após a cessação de uso do equipamento - multa de 2 (duas) UFESPs por documento ou 500 (quinhentas) UFESPs no caso de MF ou MFD, para cada componente;</p>	<p>registradas;</p>
<p>Lei nº 7.000/2001 (ES)</p> <p>Art. 75. A pena de multa será aplicada nos casos previstos nos parágrafos 1.º a 8.º deste artigo.</p> <p>§ 4.º Faltas relativas aos livros fiscais e registros magnéticos:</p> <p>IX - adulterar, viciar ou falsificar livro fiscal:</p> <p>a) multa de 500 (quinhentos) VRTE's por livro;</p>	<p>Lei nº 7.000/2001 (ES)</p> <p>Art. 75. A pena de multa será aplicada nos casos previstos nos parágrafos 1.º a 8.º deste artigo.</p> <p>§ 4.º Faltas relativas aos livros fiscais e registros magnéticos:</p> <p>XIII - escriturar livro Registro de Entradas sem discriminar a situação tributária das mercadorias, de conformidade com os padrões previstos na legislação:</p> <p>a) multa de 1% (um por cento) do valor das mercadorias entradas no estabelecimento no respectivo exercício ou fração, corrigido monetariamente, apurado ou arbitrado pelo Fisco, nunca inferior a 500 (quinhentos) VRTE's;</p>

Sendo assim, na visão da ACRJ, em uma simples amostragem aleatória exposta acima, não há a menor coerência na legislação pátria ao estipular patamares iguais ou até mesmo inferiores para as multas que possuem consequência na esfera penal, em geral relacionadas com a sonegação fiscal, das multas por simples descumprimento de obrigações acessórias, que também devem ser punidas, mas pelo não cumprimento apenas de uma obrigação formal que não gerou qualquer prejuízo ao Erário Público e que poderia ser facilmente sanada.

me

7

Ambas as “multas” possuem o objetivo de corrigir a conduta dos contribuintes pátrios. Mas a multa relativa ao descumprimento de uma obrigação tributária acessória qualificada como simples equívoco formal não pode ter o mesmo tratamento que a multa relativa ao descumprimento de uma obrigação que pode gerar um crime tributário. Esse ponto é central e não pode ser ignorado.

2.5. A VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE

É notória a importância do princípio da razoabilidade como um dos balizadores da atuação do Estado no que concerne ao direito tributário. O princípio da razoabilidade é considerado, por Kiyoshi Harada, um princípio implícito limitador do poder de tributar do Estado:

Os princípios expressos, juntamente com os implícitos, que decorrem dos primeiros, do regime federativo e dos direitos e garantias fundamentais, constituem o escudo de proteção dos contribuintes, atuando como freios que limitam o poder de tributação do Estado. Por isso, esses princípios tributários são conhecidos como limitações constitucionais ao poder de tributar.²⁰

Segundo o professor Humberto Ávila, *“a razoabilidade é usada com várias funções”*²¹. Daí a apresentação, pelo referido autor, deste postulado em quatro hipóteses aplicativas distintas: razoabilidade-equidade, razoabilidade-congruência, razoabilidade-equivalência e razoabilidade-coerência.²²

Para a hipótese tratada no presente caso, vale destacar o conceito e as consequências advindas da utilização da razoabilidade-equivalência como parâmetro para a aplicação dos demais princípios aqui discutidos. Nesta tipologia, a razoabilidade determina uma relação de equivalência entre *“a medida adotada e o critério que a dimensiona”*.²³ Como explica Humberto Ávila, não se trata de uma relação entre meio e fim, mas entre critério e medida, havendo, portanto, uma relação de correspondência entre duas grandezas.²⁴

²⁰ HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. Ed. Atlas: São Paulo, 2007, pg. 381-382.

²¹ ÁVILA, Humberto. Sistema Constitucional Tributário. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 487.

²² *Ibidem*. p. 487-488.

²³ *Ibidem*. p. 498.

²⁴ *Ibidem* p. 502.

Assim, tem-se o descumprimento da obrigação acessória como critério para o dimensionamento da multa devida. A questão pode ser resumida da seguinte forma: a multa deve, ou ao menos deveria, corresponder ao descumprimento da obrigação acessória.

Como o valor da multa é composto pela multiplicação da sua base de cálculo e o índice sobre ela incidente, ao se utilizar como base de cálculo o "faturamento", o "valor da operação" ou outra base de cálculo ampla, o descumprimento da obrigação acessória não guarda relação direta com nenhum desses elementos, ultrapassando assim o valor do tributo que frise-se, já foi ou deveria ter sido cumprido, violando-se assim a razoabilidade. Esta violação é evidente, pois a obrigação acessória descumprida não guarda relação com a multa aplicada ao contribuinte: embora a obrigação acessória diga respeito somente a uma atividade prestada pelo contribuinte, a multa acaba sendo aplicada em todo o seu patrimônio, atingindo o seu faturamento, sua receita ou ainda toda a operação.

Diferentemente do princípio da proporcionalidade, essa Suprema Corte, ao analisar as multas tributárias com maior enfoque ao princípio da razoabilidade, sejam elas por descumprimento de obrigações acessórias ou até mesmo as multas moratórias, vem sendo favorável ao contribuinte no que tange a violação ao princípio da razoabilidade pelos altos valores que vem sendo exigidos:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO (...) OFENSA ÀS CLÁUSULAS CONSTITUCIONAIS QUE IMPÕEM AO PODER PÚBLICO O DEVER DE PROTEÇÃO À PROPRIEDADE PRIVADA, DE RESPEITO À LIBERDADE ECONÔMICA E PROFISSIONAL E DE **OBSERVÂNCIA DO CRITÉRIO DA RAZOABILIDADE** – AGRAVO IMPROVIDO. (Ag. Reg. no RE nº 754.554, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 22.10.2013. Não grifado no original)

Negado seguimento ao Agravo da União, cujo acórdão do TRF da 5ª Região assim decidiu: "Fere o **princípio da razoabilidade** a aplicação de sanção acessória em valor cinco vezes maior ao da obrigação principal, pelo que se mantém a redução da primeira para o mesmo patamar da quantia correspondente à contribuição previdenciária." (AI nº 767.482/PE, Decisão Monocrática Min. Gilmar Mendes, julgado em 22.11.2011. Não grifado no original)

Dessa forma, é patente a violação à razoabilidade. Tanto no caso discuto nos autos do RE nº 640.452/RO, em que foi aplicada uma multa sobre o valor da operação, quanto nos demais casos em que são aplicadas multas tributárias em valores que excedem a própria obrigação de pagar o tributo, não há qualquer equivalência entre o descumprimento da obrigação acessória e a multa cobrada do



contribuinte, incluindo-se na última valores além daqueles dimensionados pelo descumprimento da obrigação acessória.

3. CONCLUSÃO E PEDIDO

Diante de todo o exposto, a **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO – ACRJ** – entende que:

1. Em que pese a recente jurisprudência dessa Suprema Corte não analisar a proporcionalidade das multas tributárias, a ACRJ entende que as multas por descumprimento de obrigações acessórias, quando ultrapassam o valor do tributo devido, tornam-se matéria apenas de direito, devendo tais multas ser declaradas inconstitucionais pela violação ao princípio da proporcionalidade;
2. Apesar dessa Suprema Corte, ao analisar as multas tributárias com maior enfoque ao princípio da razoabilidade, ser favorável ao contribuinte, ainda que de forma tímida, a ACRJ entende que as multas por descumprimento de obrigações acessórias, ao ultrapassarem o valor do tributo quitado, devem ser declaradas inconstitucionais também pela violação frontal ao princípio da razoabilidade;
3. A jurisprudência do STF, ao analisar as multas moratórias, punitivas ou de descumprimento de obrigações acessórias, vem adotando como limite o valor do tributo devido para que uma multa tributária seja declarada confiscatória;
4. O legislador infraconstitucional, ao tratar das “multas tributárias”, vem tratando de forma desigual, desproporcional e desarrazoada as multas que possuem consequência na esfera penal, ligadas especialmente com a sonegação fiscal, em relação às multas por simples descumprimento de obrigações acessórias, punindo, muitas vezes, de forma mais severa o contribuinte que deixou de cumprir uma obrigação formal do que o contribuinte que cometeu um crime.

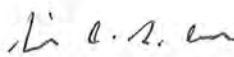


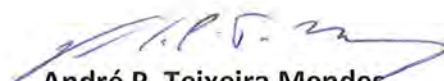
Assim sendo, a **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO – ACRJ** – respeitosamente requer:

- I) a sua admissão, na qualidade de *amicus curiae*, para atuar nos autos do RE nº 640.452/RO ou outro paradigma em que se discuta os limites das multas por simples descumprimento de obrigações acessórias, para todos os fins admitidos, inclusive sustentar oralmente no dia do julgamento;
- II) a inclusão do presente memorial com contribuições ao julgamento do processo;
- III) a total procedência do RE nº 640.452/RO, para seja declarada, **com efeitos erga omnes**, a inconstitucionalidade de todas as multas por descumprimento de obrigações acessórias que ultrapassem o montante do valor do tributo devido ou relacionado com a obrigação acessória, não importando qual seja a sua base de cálculo (valor da operação, faturamento, dentre outros), em respeito aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e vedação ao confisco que estão sendo violados pelo legislador infraconstitucional;
- IV) na hipótese de Vossa Excelência entender que a decisão proferida nos autos do RE nº 640.452/RO ou do possível novo paradigma não possa produzir efeitos *erga omnes*, a ACRJ respeitosamente requer a edição de uma Súmula Vinculante que proíba a criação de qualquer multa por descumprimento de obrigação acessória que ultrapasse o valor do tributo exigido ou relacionado com a obrigação acessória.

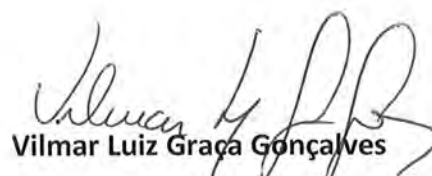
Do Rio de Janeiro para Brasília, DF, 17 de novembro de 2014.

Thiago Bottino
OAB/RJ nº 102.312


Daniel Corrêa Homem de
Carvalho
OAB/RJ nº 52.551


André P. Teixeira Mendes
OAB/RJ nº 148.661

Guilherme Villas Bôas e Silva
OAB/RJ nº 182.044


Vilmar Luiz Graça Gonçalves
OAB/RJ 111.023

ACADÊMICOS DE DIREITO

Ana Clara de Oliveira Celestino Faria
Ana Clara de O. C. Faria

Bianca F. Villaga
Bianca Fortes Villaça

Daniela Gueiros Dias
Daniela Gueiros Dias

Gabriel F. A. Gomes
Gabriel Ferreira Ribeiro Gomes

João André Carvalho Dourado Quintaes
João André Carvalho Dourado Quintaes

João Crespo de Almeida
João Crespo de Almeida

João Moreno Onofre Barcellos
João Moreno Onofre Barcellos

Juliana D. Machado

Juliana Dantas Machado

Lucas Nazif Rasul
Lucas Nazif Rasul

Luisa Whitaker de Assumpcao Mattos Tavares
Luisa Whitaker de Assumpcao Mattos Tavares

Maria Leticia de Alencar Machado

Mariana Alves Zanelli Amaral
Mariana Alves Zanelli Amaral

Pedro Paulo Bastos de Freitas

Renata Guimarães
Renata Guimarães

André Pacheco Teixeira Mendes
Coordenador
Núcleo de Prática Jurídica
Graduação
FGV DIREITO RIO